

ESTUDO HISTÓRICO E ETNOLÓGICO DO VALE DO TUA

Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua

Concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor

Porto, 2017



VOLUME
I

edp

ESTUDO HISTÓRICO E ETNOLÓGICO DO VALE DO TUA

(Concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor)

COORDENAÇÃO

Pedro C. Carvalho

Luís Filipe Coutinho Gomes e João Nuno Marques

Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua

edp

Porto, 2017

VOLUME
I

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua
(Concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor)

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Pedro C. Carvalho
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Luís Filipe Coutinho Gomes
Diretor Técnico do PSPC do AHFT pelo Consórcio Arqueohoje&Palimpsesto. Sócio gerente da Arqueohoje, Lda.
João Nuno Marques
Diretor Técnico do PSPC do AHFT pelo Consórcio Arqueohoje&Palimpsesto. Sócio gerente da Palimpsesto, Lda.

AUTORES

Alejandro Beltrán Ortega
Ana Rita Rocha
Armando Redentor
Carlos Duarte
Catarina Tente
Damián Romero Perona
Dulcineia B. Pinto
Elisabete Pereira
F. Javier Sánchez-Palencia
Fabiola Franco Pires
Fernando Cerqueira Barros
Joana Castro Teixeira
João Paulo Barbosa
José Antonio López Sáez
Juan Luis Pecharrormán Fuente
Lois Ladra
Manuel António Pereira Couto
Manuel Abrunhosa
Marcos Osório
Marta Azevedo
Miguel Cipriano Costa
Mónica Ruiz Alonso
Natália Fauvrelle
Nuno Miguel Ferreira
Nuno Silveira
Pedro C. Carvalho
Rui Pedro Barbosa
Sofia Tereso
Telmo Salgado

DESIGN GRÁFICO e PAGINAÇÃO

João Pedro Rato e Luís Ferreira

EDIÇÃO

EDP, S.A.
Edições Afrontamento, Lda.
Rua Costa Cabral, 859 – 4250-225 Porto
www.edicoesafrontamento.pt
geral@edicoesafrontamento.pt

IMPRESSÃO

Rainho & Neves, Lda. – Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

ISBN

978-972-36-1600-2

DEPÓSITO LEGAL

431538/17

DISTRIBUIÇÃO

Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.
comercial@companhiadasartes.pt

TIRAGEM

1500 exemplares

PORTO, 2017

ÍNDICE

ESTUDOS SETORIAIS (Volume I)

4	00 Prefácios
10	01 Introdução (Pedro C. Carvalho, Luís Filipe Coutinho Gomes e João Nuno Marques)
18	02 Áreas de estudo, objetivos e metodologias (Pedro C. Carvalho)
46	03 Pré-história (Joana Castro Teixeira)
170	04 Proto-história (Dulcineia B. Pinto)
240	05 Época Romana (Pedro C. Carvalho)

ESTUDOS SETORIAIS (Volume II)

4	06 Alta Idade Média (Catarina Tente)
58	07 Idade Média (Ana Rita Rocha)
126	08 Época Moderna e Contemporânea (Manuel António Pereira Couto)
244	09 Etnologia (Lois Ladra)

AÇÕES ESPECÍFICAS E PARTILHADAS (Volume III)

4	10 Sistemas de informação geográfica (Marcos Osório, Telmo Salgado)
60	11 Geologia (Manuel Abrunhosa)
78	12 Mineração antiga (F. Javier Sanchez-Palencia, Damián Romero Perona, Alejandro Beltrán Ortega e Juan Luis Pecharrormán Fuente)
124	13 Palinologia e antracologia (José Antonio López Sáez, Mónica Ruiz Alonso, Joana Castro Teixeira)
138	14 Geoarqueologia (Catarina Tente e Carlos Duarte)
146	15 Arqueogeografia (Miguel Cipriano Costa)
178	16 Epigrafia romana (Armando Redentor)
208	17 Numismática romana (João Paulo Barbosa)
230	18 Arquitetura e território (Fabiola Franco Pires e Fernando Cerqueira Barros)
308	19 Paisagem agrícola (Natália Fauvrelle e Rui Pedro Barbosa)
366	20 Plano de salvaguarda (Rui Pedro Barbosa, Elisabete Pereira, Marta Azevedo, Nuno Silveira e Nuno Miguel Ferreira)
392	21 Conclusão (Pedro C. Carvalho, Luís Filipe Coutinho Gomes e João Nuno Marques)

Agradecimentos: Alexandre Lima, Amílcar da Conceição Rodrigues, Ana Cristina Ramos, Ana Rita Ferreira, Ana Teresa Peixinho, Anabela Peres, Antónia Tinturé, António Felício, António Sá Gué, António Vallejo Paes, Carla Rosa, Carlos Carvalho Dias, Carlos Cunha, Carlos d'Abreu, Carlos Delgado, Carlos Pinto Moreira de Sá, Carolina de Goes, Célia Quintas, Cristiano Morais, Dário Antunes, David Ferreira, Diogo Guedes Ferreira, Eduardo Beira, Elisabete Santos, Emília dos Anjos Mota, Fernando Barbosa, Fernando R. Santos, Francisco Queiroz, Helena Pontes, Joana Leite, Luís Pereira, Firmino Normando Vilares, Gualter Viriato Esteves, Hélder José Amorim da Silva, Inês Vasconcelos, Isidro Gomes, João Guedes, João Monteiro, João Madeira, João Paulo Avelãs Nunes, Joaquim Folhento, Joaquim Pêra, José Carlos Boura, José Carlos Reigadas, José Francisco Ferreira Queiroz, José Luciano Nascimento, José Ruivo, Liliana Benites Carvalho, Luciano Vilas Boas, Lucília do Céu, Luís Pereira, Maria de Jesus Sanches, Maria João Moita, Maria Laurinda Esteves, Maria Manuela Batista Assunção, Miguel Rodrigues, Nádia Figueira, Nuno Brito Jorge, Nuno Portal, Octávio Ribeiro, Patrícia Costa, Patrícia Rafaela Silva, Paulo dos Santos, Pedro Baptista, Pedro Cruz, Pedro Cunha, Pedro Rafael Morais, Profissionais alocados à obra da EDP Produção, da Fiscalização (Consórcio Fase-Gibb), da Coordenação de Segurança em Obra (Tabique), da Coordenação e Integração Ambiental (Profico Ambiente) e do Empreiteiro Geral (Foz Tua A.C.E.), Rui Santo, Sara Luísa Marques da Cruz, Sara Prata, Shawn Parkhurst, Sofia Lacerda, Sofia Tereso, Teresa Soeiro, Tiago Pereira e Xerardo Pereira.

Associação Cultural e Social do Amieiro, Associação Santo Mamede, Beta Analytic Limited, Biblioteca do Museu do Douro (Régua), Bibliotecas Municipais de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Murça, Vila Flor e Mirandela, Casa-Museu Maurício Penha (Sanfins do Douro), CEMUP - Centro de Materiais da Universidade do Porto, CICA - Centro de Interpretação do Castelo de Ansiães, Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, Foto Morais (Alijó), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto Internacional de Investigaciones Prehistóricas de Cantabria, Junta de Freguesia de Caravelas, Municípios de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor.



Fot. 1: Rio Tua (© P.C. Carvalho).

I. Introdução

A ‘Declaração de Impacte Ambiental’ (DIA) do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua (AHFT), emitida pela *Agência Portuguesa do Ambiente* com data de 11 de maio de 2009, estipulava como Medida de Compensação a adotar para o AHFT (na componente Património Cultural) a realização do designado Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua (EHEVT). Na DIA definia-se também que as metodologias e objetivos detalhados para a elaboração do EHEVT deveriam ser entregues em fase de RECAPE, sendo submetidos à tutela do Património Cultural (Direção Regional da Cultura do Norte / IGESPAR), e que os resultados desse estudo deveriam ser publicados até ao final da obra do AHFT. Ora, são precisamente os resultados deste Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua, adjudicado ao *Consórcio Arqueohoje & Palimpsesto*, que se publicam nesta monografia sobre o Vale do Tua, sob o patrocínio da EDP¹.

Após ter sido apresentado um primeiro *Programa*

Metodológico do EHEVT (setembro de 2011), este foi depois objeto de reformulação e discussão, tendo obtido parecer favorável da tutela em outubro de 2012. Para essa atualização do Programa Metodológico contribuíram os pareceres da tutela (DRCN)², bem como o diálogo que foi sendo estabelecido com a Assessoria Patrimonial da EDP, representada pela Doutora Maria de Jesus Sanches, assessorada por Pedro Rafael Morais. Mas também contribuiu a avaliação que então a nova coordenação científica do EHEVT (juntamente com os investigadores responsáveis pelos diferentes Estudos) efetuou do *Programa Metodológico*.

Com este novo plano de trabalhos procurou-se redefinir a área de estudo e reajustar e detalhar metodologias, em função das particulares problemáticas arqueológicas, históricas e etnológicas que colocava o quadro geográfico global – muito extenso – centrado no vale do Tua. Com esta redefinição metodológica

O I

INTRODUÇÃO

Pedro C. Carvalho

Luís Filipe Coutinho Gomes

João Nuno Marques



Fot. 2: Rio Tua: curso inferior; na área a inundar pela barragem (© P.C. Carvalho).

(implicando um reajustamento da calendarização do EHEVT) procurava-se em geral potenciar o conjunto de dados a colher, por forma a produzir conhecimento relevante e devidamente sustentado. Essa nova proposta contemplava ainda um conjunto de objetivos, os quais implicavam a clara adoção de um quadro de boas práticas, assente em novas metodologias e linhas de investigação. Traduzia-se ainda numa maior envolvimento dos investigadores afetos aos estudos (e na integração de outros colaboradores), em trabalhos partilhados e transversais a todos os estudos, com vista à programação de ações conjuntas no quadro também de uma economia de meios. A proposta implicava também o aprofundamento e a articulação de procedimentos capazes de conferir qualidade acrescida à investigação desenvolvida e de reforçar o eixo central de investigação – transversal a todos os Estudos – direcionado para o estudo do Homem e do Território do Vale do Tua ao longo da História. Desta forma, lançavam-se os alicerces para a construção de um projeto de investigação em equipa e cumpria-se o sentido de compensação do *Programa Metodológico* do EHEVT.

A organização desta monografia centrada na bacia hidrográfica do Tua acaba por refletir o modo como o *Programa Metodológico* se estruturou desde o seu

início – o que de certa forma revela o cumprimento integral desse plano inicial de trabalhos. Como estrutura central dos estudos surgem os designados “estudos setoriais”, focados nas áreas gerais da Arqueologia, História e Etnologia e cobrindo uma longa diacronia, da Pré-História à Época Contemporânea, tendo adstrito cada estudo um investigador responsável: Pré-História (Joana Castro Teixeira); Proto-História (Dulcineia B. Pinto); Época Romana (Pedro C. Carvalho); Alta Idade Média (Catarina Tente); Idade Média (Anísio Saraiva – substituído, na fase final deste processo, por Ana Rita Rocha); Época Moderna e Contemporânea (Manuel Couto); e Etnologia (Lois Ladra).

No quadro de cada “estudo setorial”, foram ainda definidas algumas “ações específicas”, com objetivos e metodologias particulares, procurando-se com isto reforçar a consistência de certos estudos setoriais, complementando-os. Assim, foram então propostas e aceites as seguintes ações: estudo dos materiais líticos pré-históricos da Pedreira da Alagoa – Jou (investigadora: Joana Castro Teixeira); adornos metálicos proto-históricos: sua caracterização (investigadora: Dulcineia Pinto); estudo epigráfico (Época Romana) (investigador: Armando Redentor); estudo numismático (Época Romana) (investigador: José Ruivo, substituído

posteriormente por João Paulo Barbosa); arquitetura e território em Época Moderna e Contemporânea (investigadores: Fabíola Franco Pires e Fernando Cerqueira Barros). Foi ainda inicialmente proposta uma outra ação específica (sondagens nos terraços fluviais de Vale de Juncal e datações OSL / Pré-História Antiga), mas que não chegou a concretizar-se nos moldes inicialmente previstos, pelo facto de as datações OSL, após uma primeira avaliação no terreno, não se revelarem exequíveis.

Por forma a promover uma articulação mais estreita entre os diferentes “estudos setoriais”, partilhando metodologias e resultados e procurando, assim, reforçar uma linha condutora de investigação comum, assente na longa duração, foi igualmente definido um conjunto de “ações comuns e transversais” a todo o EHEVT, capazes de reforçar o fio condutor que o deveria unir. No quadro dessas metodologias partilhadas, para além das prospeções e realocações (coordenador: Pedro C. Carvalho), da inscrição e georreferenciação de toda a informação recolhida e respetiva análise espacial, em bases de dados e num Sistema de Informação Geográfica (investigadores: Marcos Osório e Telmo Salgado), destacam-se as seguintes ações: mineração antiga (coordenador: Javier Sánchez-Palencia); arqueogeografia

(investigador: Miguel Cipriano Costa); análises polínicas e antracológicas (investigadores: José Antonio López Sáez, Mónica Ruiz Alonso e Joana Castro Teixeira); geoarqueologia dos socalcos (investigadores: Catarina Tente e Carlos Duarte Lucas); e geologia da área em estudo (investigador: Manuel João Abrunhosa).

Para cada “estudo setorial”, “ação específica” ou “ação transversal ou partilhada” foram definidos previamente os respetivos objetivos e metodologias – aspetos que serão explicitados ao longo desta monografia. E foi a fundamentação que acompanhava cada proposta que permitiu a sua aprovação e, por conseguinte, a sua inscrição no *Programa Metodológico* e posterior execução.

No *Programa Metodológico* reformulado do EHEVT foi ainda incluído o sítio de “A Pedreira” (S. Mamede de Ribatua, Alijó) (= OP 206). Este lugar, face aos vestígios de ocupação pré-histórica e aos sinais expressivos de atividade mineira, ambos observados no âmbito do acompanhamento de obra do AHFT, e após uma fase prévia de avaliação e caracterização no terreno, veio a ser contemplado com sondagens arqueológicas (dirigidas por Joana Castro Teixeira, Rui Filipe Barbosa e Rui Pedro Barbosa, iniciadas em março de 2012 e concluídas em maio de 2014, ao longo de 3 fases espaçadas no tempo) e com estudos sobre a mineração antiga e



Fot. 3: Rio Tua, junto a Abreiro e à serra da Tinta (© P.C. Carvalho).



Fot. 4: Rio Tua: curso inferior; na área a inundar pela barragem, visto de Safres (© P. C. Carvalho).

contemporânea (atribuídos respetivamente a Javier Sánchez-Palencia e João Paulo Avelãs Nunes)³.

Ao mesmo tempo, ficou então definido que deveria ocorrer uma articulação muito estreita entre a equipa do EHEVT e a equipa de obra, liderada por Rui Pedro Barbosa, mediante a disponibilização de toda a documentação técnica e científica produzida no âmbito do Plano de Salvaguarda do Património Cultural do AHFT (PSPC-AHFT. “Medidas de Minimização”). O trabalho de campo levado a cabo pela equipa de obra incidiu nas zonas mais baixas e ribeirinhas do Tua – área do vale a inundar na totalidade pela albufeira do AHFT. Os seus resultados foram particularmente úteis ao estudo etnológico a à ação centrada nas técnicas de armação do terreno⁴.

Nos primeiros meses de 2014, surgiu ainda a possibilidade de reforçarmos o *Programa Metodológico* do EHEVT (= Plano de Reforço do EHEVT), face à revisão da ação intitulada “Unidades Murárias” inscrita no quadro das Medidas de Minimização. As diferentes ações então propostas, começaram por ter em conta os resultados de todo o trabalho desenvolvido até ao momento, procurando, sobretudo, preencher lacunas

e / ou acrescentar valor à investigação em curso e ser exequíveis (tendo também em consideração o tempo restante para a conclusão do EHEVT). De igual modo, essas ações foram desenhadas na justa medida do quadro financeiro disponibilizado e procuraram alocar mais recursos de modo equilibrado aos estudos e ações transversais em curso (mas também aos trabalhos de campo, laboratoriais e de arquivo). Assim, neste âmbito, foi ainda possível reforçar os trabalhos de campo, mediante a programação de outra campanha de prospeção arqueológica e de um maior investimento no levantamento e registo do património edificado de Época Moderna/Contemporânea. Foi também possível reforçar o fundo existente para custear análises laboratoriais a distintos materiais, recolhidos sobretudo quando dos trabalhos de campo – análises químicas, mineralógicas, petrográficas, metalográficas e radiocarbónicas, capazes de fornecer informações a diferentes ações e estudos setoriais. Numa outra frente de investigação, e no quadro específico do estudo de Etnologia, propôs-se mais um trabalho de arquivo – consulta de documentação da *Administração Regional Hidráulica do Norte* (ARH-N),

com vista a estudar o aproveitamento económico do rio Tua no século XX e a sua gestão hidráulica.

A proposta de redefinição da ação prevista para o “Terraço Fluvial de Vale de Juncal”, situado num meandro do Tuela, foi aprovada em outubro de 2014. Esta intervenção passou a centrar-se na caracterização geomorfológica e estratigráfica desta área, com vista a melhor planear a escavação prevista num lugar que veio então a revelar-se importante para o Paleolítico Médio, associado à ocupação do território do Tua pelo Homem de Neandertal.

O estudo do vale do rio Tua, no seu curso inferior, onde este toca o Douro, pôde ainda ser completado por uma outra importante abordagem, orientada por Natália Fauvrelle e com a colaboração de Rui Pedro Barbosa, complementando, assim, o estudo etnológico e o enfoque na arquitetura e território já então em curso. Referimo-nos ao estudo da paisagem agrícola do Vale do Tua, centrado na evolução da vitivinicultura na Região do Douro onde se inscreve, e muito em particular nas técnicas de armação do terreno, procurando mesmo, a este nível, possíveis elementos diferenciadores e identitários da paisagem do Vale do Tua.

O plano de trabalhos que apresentámos acabou por ser executado ao longo de cerca de 4 anos. Nestes volumes publicam-se os principais resultados da investigação desenvolvida. Nos volumes I e II encontram-se as designadas “sínteses históricas (e etnológica)” produzidas por cada um dos estudos setoriais (da Pré-História à Época Contemporânea). O volume III reúne os textos das ações chamadas “específicas” e “transversais ou partilhadas”, focados em certas temáticas que acabam por cobrir a ampla diacronia do EHEVT. Com esta organização e formato procurou-se garantir a condição unitária e articulada de uma obra coletiva, produzida por arqueólogos, historiadores, arquitetos e etnólogos, assente na medida do possível em linhas de investigação comuns, em narrativas articuladas, ainda que desde o início se definisse um espaço para a divergência interpretativa e, portanto, para a autonomia de investigação⁵.

Face ao grande volume de informação reunido e à necessidade de a partilhar e arquivar para memória futura, os volumes desta Monografia têm em anexo um DVD. Este contém informação complementar, mais descritiva e ilustrativa, designadamente: i) o inventário



Fot. 5: Curso inferior do rio Tua (© P.C. Carvalho).

ou o registo descritivo e georreferenciado das ocorrências patrimoniais identificadas (dados compilados em formato de relatório e retirados das bases de dados concebidas particularmente para o EHEVT); ii) imagens diversas (mapas, desenhos, gráficos e tabelas) que não puderam ser selecionadas para figurar nos volumes impressos; iii) ficheiro com registo fotográfico de sítios arqueológicos e outras ocorrências patrimoniais identificadas no terreno.

Na redação do conjunto de textos, procurou-se privilegiar a clareza, a objetividade e a fluidez da escrita, por forma a que o livro pudesse chegar a outros públicos (para além dos especialistas e estudiosos nas temáticas da Arqueologia, História e Etnologia). Considerámos importante contemplar, na medida do possível, esta vertente de divulgação histórica, mas sem prejuízo de uma abordagem que procurou sempre assentar no rigor e na profundidade de análise. Este compromisso de equilíbrio, entre investigação e publicação / divulgação, nem sempre terá sido totalmente conseguido. Mas foi pelo menos tentado e – pelo menos assim o pensamos – em parte alcançado. Uma obra assim perspetivada, capaz igualmente de ser lida e assimilada por um público mais vasto, apostando num processo de transferência de saber para a comunidade, iria mais ao encontro do sentido da Medida de Compensação que constitui o EHEVT e

da responsabilidade social que subjaz a estes processos desenvolvidos no quadro de uma obra como a do AHFT.

A área objeto de estudo é a dos concelhos diretamente abrangidos pelo AHFT: concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor. Como veremos, por razões metodológicas, tendo em conta as temáticas e as cronologias abordadas e face à natureza muito distinta da informação potencialmente analisável, surgiu a necessidade de adaptar as áreas analisadas em função das investigações. Verificou-se, assim, uma certa variabilidade na definição da área em estudo, quer no sentido da sua redução às freguesias diretamente abrangidas pelo AHFT, quer no da ampliação ao concelho de Valpaços. Foi a solução possível para fazer face a um problema, ainda que tenha criado outros, sobretudo verificáveis ao nível da comparabilidade dos resultados entre diferentes épocas.

Em todas as abordagens, fruto do trabalho de campo, de arquivo e de laboratório, desenvolveu-se sempre investigação no sentido de acrescentar valor à base informativa (arqueológica, histórica e etnológica) já conhecida e resultante de todo o labor inestimável de anteriores investigadores. Não foi possível contemplar neste EHEVT um programa de escavações ou sondagens arqueológicas. Esta foi uma importante limitação que impediu um conhecimento mais aprofundado (ou

fundamentado) sobre as épocas mais recuadas. Seja como for, consideramos que, mesmo assim, o EHEVT contribuirá para desenvolver a investigação e fomentar a discussão em torno desta região centrada no vale do Tua. Ao mesmo tempo, os resultados deste EHEVT devem também traduzir-se no sentido de serem divulgados junto das comunidades locais. Essa projeção social do conhecimento concorrerá para um melhor conhecimento da História Local e de todo um património identitário que é pertença coletiva⁶.

Com este estudo procurámos registar e estudar um vasto conjunto de ocorrências patrimoniais, de fontes documentais e outras que cruzam o tempo e a História e que permitem caracterizar esta região do Vale do Tua na longa diacronia, destacando-se inclusivamente as continuidades e descontinuidades nesse tempo longo.

Não foi fácil esta tarefa. Circunstâncias de diversa ordem foram por vezes dificultando o regular funcionamento do EHEVT. A própria complexidade das temáticas a abordar, a variabilidade e a extensão do território em estudo, exigiram redobrado empenho. Foi, não obstante, um trabalho aliciante, um projeto singular, de uma responsabilidade acrescida, que motivou a equipa de investigadores envolvidos em trabalhar o Vale do Tua – uma paisagem cultural única, prolongando para o interior deste território a excecionalidade do Douro Vinhateiro, classificada pela UNESCO “Património da Humanidade”. Concluído este largo processo de investigação, a publicação atempada dos resultados, no preciso momento em que a obra da barragem se conclui, dará pleno sentido e torna consequente, segundo cremos, todo o trabalho desenvolvido pela equipa do EHEVT.

NOTAS

¹ O Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua localiza-se no rio Tua, junto à sua foz, e acerca de 1100 m da confluência com o rio Douro. A barragem irá dominar uma bacia hidrográfica com 3809 km² e criar uma albufeira que, para o nível de pleno armazenamento (NPA) à cota de 170, terá um volume de 106,1 hm³ e uma área inundada de 420,9 ha. O AHFT foi sujeito, em fase de Estudo Prévio, ao procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), através da realização de um Estudo de Impacte Ambiental (EIA) que estudava 3 cotas alternativas para o NPA (170, 180 e 195) e posterior emissão em 11 de maio de 2009, da Declaração de Impacte Ambiental “favorável condicionada ao NPA170”. Nos termos do regime legal de AIA (Decreto-Lei n.º 69 / 2000, de 3 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro), foi apresentado um RECAPE – Relatório de Conformidade do Projeto de Execução – acompanhando o respetivo projeto para licenciamento, com o objetivo de demonstrar o cumprimento das condições fixadas na DIA.

² Será justo referir neste ponto o acompanhamento construtivo que Doutor David Ferreira deu a todo este processo, enquanto nosso interlocutor direto junto da DRCN-Porto.

³ O sítio de “A Pedreira” (OP 206), por estar localizado parcialmente na área de impacte direto do AHFT, pelo seu carácter aparentemente excecional e por constituir uma oportunidade para se obterem dados resultantes de escavações, viu inscrita a sua caracterização no EHEVT. A avaliação prévia então efetuada (mediante prospeção

arqueológica de toda a encosta e análise da fotografia aérea, georreferenciando e procurando interpretar os traços observáveis) esteve na base da apresentação de um plano de intervenção, contemplando escavações arqueológicas e estudos sobre a mineração.

⁴ O grande investimento que foi feito na área a inundar pela futura albufeira, em termos de levantamento de todas as ocorrências patrimoniais (OP's) de cariz etnográfico, e a enorme relevância desse património, justificam um volume monográfico autónomo, mais descritivo, técnico e detalhado, por forma a aprofundar a investigação setorialmente desenvolvida por Lois Ladra no âmbito do estudo etnológico do Vale do Tua.

⁵ Cada estudo setorial ou ação específica ou transversal ficou a cargo de um investigador responsável que assina os seus textos e que assumiu essa responsabilidade precisamente por lhe ter sido conferida, logo no início deste processo, a capacidade para desenvolver investigação autónoma na sua área de especialização. O texto publicado, sendo da sua autoria, é da sua inteira responsabilidade.

⁶ Os conteúdos resultantes da investigação desenvolvida podem mesmo contribuir para a construção de projetos educativos municipais que complementem e reforcem o sistema escolar formal, ligando a escola à comunidade em que esta se inscreve, nomeadamente mediante o enriquecimento dos programas e das metas curriculares dos ensinos básico e secundário concelhios.